Sociedade e cultura: do determinismo econômico ao desenvolvimento regional

DANIEL CLAUDY DA SILVEIRA*

Resumo

O respectivo estudo tem por objetivo sistematizar algumas ideias elaboradas no âmbito do desenvolvimento regional, relacionando a dinâmica do desenvolvimento e sua interação com a cultura, de maneira especial quando associada a ações de intervenção, consciente e organizada, do setor público ou de segmentos organizados da sociedade. Além disto, discute brevemente o processo de globalização e a lógica do poder hegemônico (baseada no determinismo econômico) em vigor, o qual é a do regime de acumulação capitalista, que perdura no sistema econômico a mais de 200 anos. Por fim, aborda o fator cultural como um ingrediente essencial para dar conta da complexidade que envolve os processos de desenvolvimento. Para a realização da pesquisa, foram utilizados materiais bibliográficos correspondentes às definições de cultura e desenvolvimento, que "borbulham" na academia com discussões conflitantes nas últimas décadas.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; cultura; globalização.

Abstract

The respective study aims to systemize some ideas developed in the context of regional development, linking the dynamics of development and its interaction with the culture in a special way when combined with intervention actions, conscious and organized, public sector or organized segments of society. In addition, briefly discusses the process of globalization and the logic of the hegemonic power (based on economic determinism) into force, which is the capitalist accumulation regime, which lingers in the economic system to more than 200 years. Finally, it addresses the cultural factor as an essential ingredient to account for the complexity involved in the development processes. For the research, corresponding bibliographic materials to the definitions of culture and development were used, which "bubble" in the gym with conflicting discussions in recent decades.

Key words: regional development; culture; globalization.

* **DANIEL CLAUDY DA SILVEIRA** é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC); Economista pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

Introdução

A análise histórica do desenvolvimento está vinculada de forma bastante íntima ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Neste sentido, o termo desenvolvimento sempre esteve atrelado à questão econômica de um país ou de uma determinada região. Os economistas estiveram preocupados em solucionar problemas relacionados ao crescimento econômico das nações e a reprodução do capital nas diferentes escalas produtivas. O desenvolvimento econômico, até meados da segunda metade do século 20, era entendido como sinônimo de crescimento econômico, tendo como mola propulsora o modelo de produção capitalista.

No entanto, desenvolvimento a partir da década de 1970 e 1980 começa a ganhar um novo enfoque. Nesta nova abordagem, o desenvolvimento é tratado com aspectos qualitativos, ou seja, não estritamente ligados à lógica do capital ou do crescimento econômico. Novos conceitos vão emergindo, abordando questões de qualidade de vida, liberdade, cultura, capacidade, sustentabilidade, especificidades regionais, desenvolvimento regional e de eliminação das desigualdades. No respectivo trabalho é enfocado o relacionamento do desenvolvimento e suas interações com a cultura, que de certo modo, influenciam a dinâmica das regiões.

O interesse pelo tema das relações existentes entre cultura e desenvolvimento tem sido crescente nas últimas décadas. O reconhecimento de inúmeros fracassos em iniciativas e projetos de desenvolvimento por falta de atenção à dimensão cultural motivou um olhar diferenciado sobre tal quesito na academia e no setor público.

Para elucidar tal discussão, é necessário entender o que é cultura. O conceito de cultura foi expandido pela pesquisa a partir dos anos 60. Williams (1993) argumenta que a cultura deve ser entendida na sua dimensão material (além da imaterial), assumindo um significado de coletividade, que interfere nas práticas sociais e na concretude da vida. A forma como se faz política, ou ocorrem às trocas econômicas, é mediada pela cultura. Entende-se a cultura como local de negociação e de resistência e não só de reprodução das relações capitalistas (poder hegemônico). Nos tempos atuais, a cultura ganhou uma nova dimensão, influenciada de forma bastante particular pela globalização, que esta relacionada diretamente com a formação dos territórios e o desenvolvimento regional.

Enfim, o respectivo trabalho visa discutir alguns aspectos em relação às reflexões teóricas acerca do desenvolvimento regional e sua interação com a cultura, em um sistema global e de regime de acumulação capitalista, onde prevalece um ambiente cada vez mais homogeneizado.

As relações entre cultura e desenvolvimento regional em um ambiente globalizado: o caso brasileiro

Uma das preocupações centrais da Ciência Econômica, desde a sua origem, tem sido com o processo de desenvolvimento econômico de indivíduos e sociedades. As contribuições dos pensadores clássicos, entusiasmados com as novas potencialidades apresentadas pelo capitalismo emergente, têm por objetivo identificar as causas, os obstáculos ou os riscos do crescimento da riqueza (SMITH, 1776). Enquanto estudioso da Economia Política, elaborou

recomendações no sentido de remover os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo, na expectativa de que a plena realização de seu potencial traria benefícios para o conjunto da sociedade.

Como crítica a esta abordagem (Economia Política), Marx analisou de forma profunda e rigorosa o processo de desenvolvimento capitalista, reconhecendo e explicitando o seu grande potencial de promover o crescimento da riqueza e identificando leis e tendências gerais de comportamento dos sujeitos econômicos em seu contexto. Por outro lado, questiona o otimismo predominante com os benefícios gerais que adviriam desse progresso econômico, apresentando argumentos consistentes em relação aos inúmeros problemas associados ao desenvolvimento do capitalismo, como a expansão da pobreza como produto do crescimento da riqueza ou o aumento da tensão entre os sujeitos econômicos e a eclosão das crises cada vez mais profundas e devastadoras. Em sua análise criou e utilizou o método chamado de materialismo histórico, que compreende o homem como ser social, introduzindo relações políticas e econômicas no debate do desenvolvimento, para compreender as desigualdades existentes. O desenvolvimento não pode ser tratado apenas sob os aspectos econômicos deterministas, mas sim, sobre a ótica das relações sociais, culturais e das contradições existentes ao longo do processo (MARX, 1982).

Nos tempos atuais, há um vício que leva a análise econômica a quantificação e formulação de modelos replicáveis em distintas situações de desenvolvimento. Esta corrente teórica é chamada de *mainstream economics.* A fundamentação desta corrente é vinculada ao determinismo econômico do desenvolvimento, e está atrelada aos pensadores da Escola Neoclássica ou Marginalista, que tem como seu principal expoente a figura de Marshall, que transformou o estudo da Economia Política em Ciência Econômica. A sua teoria é baseada na racionalidade dos indivíduos em busca de seus interesses e da satisfação de suas necessidades que por si só trariam benefícios para a coletividade, através de um modelo em que os preços são determinados simultaneamente por fatores de custos e de demanda. Todas as características dos indivíduos são expressas e traduzidas em termos econômicos e, mais especificamente, em atitudes de mercado que, por meio de seus mecanismos de ajuste entre oferta e procura, regulam todas as dimensões da vida humana. No entanto, como limite nesta formulação teórica não há espaço para noções de justiça social, cultura, princípios ou valores coletivos e outros aspectos que não possam ser convertidos em preços de mercado, e que são princípios do desenvolvimento regional.

Na década de 1930, a teoria keynesiana criticou o modelo estabelecido, onde o mercado é a mola propulsora do desenvolvimento. A partir dela, constatou-se a insuficiência do mercado como regulador das relações econômicas e propôs uma série de mecanismos sociais ou estatais de intervenção no processo de desenvolvimento. O pressuposto principal encontrava-se na simples observação dos níveis de consumo e investimento do governo, das empresas e dos próprios consumidores. A teoria defende a necessidade de intervenção do Estado para conter os desequilíbrios econômicos. Desta maneira, o pensamento proposto transformava radicalmente o papel do Estado frente à

economia, colocando em total descrédito as perspectivas do liberalismo econômico.

O Estado deve intervir para corrigir eventuais desequilíbrios de mercado, no entanto, estas correções, no contexto do desenvolvimento regional, não devem estar atreladas apenas as questões econômicas, mas também no que tange as relações sociais, culturais, políticas e históricas.

Com base nessas formulações foram desenvolvidas várias ideias de direcionamento do desenvolvimento, com protagonismo para os Estados nacionais, os organismos internacionais, mercado, entre outros. Neste sentido, o desenvolvimento, que continua sendo um conceito amplo e sem um consenso teórico em distintas áreas do conhecimento, consolidou-se historicamente por sua dimensão predominantemente relacionada ao determinismo econômico. Cabe salientar ainda que, os interpretes da teoria da dependência, originada pela Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e o Caribe (CEPAL), ancorados na teoria marxista, buscam superar esse "economicismo", apresentando aspectos sociológicos na condição de subdesenvolvimento, ou seja, nas relações sociais e culturais, dinâmicas e contraditórias do sistema capitalista, muito próximas ao conceito de desenvolvimento regional. O aumento da produção de riquezas, o avanço tecnológico, a integração das economias regionais no mercado global e assim por diante, criariam as condições necessárias e suficientes para a melhoria das condições de vida das populações envolvidas.

Assim, buscando uma evolução contínua das condições de vida, o desenvolvimento regional contraria a lógica do neoliberalismo econômico, que replica modelos matemáticos em diferentes realidades, e é resultante/constituído de um processo histórico, cultural, ético, econômico e social que perfaz realidades diferentes, e que conduz a uma análise mais específica de cada território. A escala cultural, então, será aprofundada de modo a relacioná-la com o processo de desenvolvimento regional dos territórios, inseridos dentro de um contexto global.

O vínculo entre cultura e desenvolvimento, embora não seja necessário, é decisivo. É isso que nos permite trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do meio ambiente. Mais ainda, é no contexto da modernidade-mundo que torna-se possível valorizar as diferenças. Dizer que as culturas são um "patrimônio da humanidade" significa considerar a diversidade enquanto um valor, se não "universal", pelo menos, extensivo à um conjunto amplo de indivíduos (ORTIZ, 1994)

A hegemonia do determinismo econômico presente nos debates sobre o desenvolvimento produziu um movimento de reação naqueles que pretendiam focar suas reflexões em outros aspectos da vida humana, como a cultura, por exemplo. Tal movimento abriu espaços para a reflexão e o debate sobre diversos elementos componentes das culturas dos povos, como a tradição, os costumes, a arte, a literatura, a religião e outros.

O termo cultura pode ser entendido de duas formas. Em seu sentido amplo (antropológico) significa o conjunto de relações que os membros de uma sociedade mantêm entre si, com a natureza e com as práticas destas

relações. Em seu sentido restrito (cultivado) refere-se aos produtos do espírito humano, que se expressam na literatura, na música, nos museus, nas academias de belas-artes, no cinema ou na chamada indústria cultural (WILLIAMS, 1993).

As sociedades são fortemente influenciadas por sua cultura, inclusive nos aspectos econômicos, mas ao mesmo tempo são as próprias sociedades que produzem a sua cultura. A cultura, neste sentido, compreende um sistema de regras observadas, deformadas ou transgredidas cuja transformação corresponde ao movimento complexo das relações sociais internas e externas (RIST, 2000).

A perspectiva de cultura imbricada nas políticas públicas pode ser relacionada à promoção de eventos artísticos, ao apoio aos grupos folclóricos e assemelhados. Não há problema em promover e apoiar tais atividades, mas na sua separação das demais questões, especialmente dos elementos centrais do processo de desenvolvimento, que não necessariamente são expressas sobre esta forma de definição.

A cultura é algo extra-econômico, constituída por elementos eruditos, neutros em relação ao desenvolvimento real e cotidiano. Nesse campo rapidamente ocorre o reconhecimento de que existe uma enorme diversidade cultural entre as nações e mesmo dentro de cada uma delas e de que não há como estabelecer padrões ou referências universais. A insistência num modelo cultural único para o mundo inteiro provocaria problemas múltiplos, além de um empobrecimento enorme (ORTIZ, 1994).

Ortiz (1994) argumenta que uma homogeneização da cultura provocada principalmente pela globalização é ruim para a sociedade, ou mesmo até, nocivo para o desenvolvimento das regiões, pois este processo global não contemplaria as identidades culturais provenientes de cada território.

Qualquer nível de identidade cultural inclui vários outros parâmetros culturais de construção e negociação de identidade, incluindo fatores étnicos, gênero, raça, classe, dentre outros. A identidade cultural, portanto, serve tanto para explicar as relações e transformações que ocorrem em distintas realidades regionais. O Estado nacional, por exemplo, é uma noção que tem sido empregada tanto para reforçar quanto para desestruturar identidades culturais. A visão dominante no presente contexto histórico de hegemonia política do ideário liberal é de que os Estados nacionais mais atrapalham do que ajudam e, por consequência, não possuem competência nem legitimidade para definir caminhos próprios de desenvolvimento (TRENNEPOHL *et. al.*, 2007).

Desta forma, o desenvolvimento regional ganha destaque para entender tais dinâmicas de interação entre o desenvolvimento e a cultura. Provavelmente esta seja uma das causas que explicam porque a ideia de que se deve respeitar a diversidade cultural na construção de projetos de desenvolvimento esteja muito mais presente nas discussões envolvendo espaços territoriais regionais do que no âmbito do planejamento nacional. Efetivamente, o que se observa nos distintos discursos é que, de um lado, reforça- se a importância e a necessidade de se levar em conta as dimensões culturais e, de outro, que o processo econômico está dado e é irreversível, cabendo aos fatores

culturais um lugar completamente secundário na escolha das prioridades do desenvolvimento (a segunda argumentação está galgada na perspectiva de território dado e de determinismo econômico, com modelos replicáveis e com imposições do tipo *top-down*).

Para elaborar uma tentativa de resposta é necessário partir da compreensão de que a cultura representa os padrões de comportamento social que definem o modo de vida predominante. Esse modo de vida das comunidades inclui a tecnologia e o modo de organização econômica, as formas de estabelecimento, de agrupamento social e de organização política, as crenças e as práticas religiosas.

Para Trennepohl *et al.* (2007), todos os aspectos da vida humana, portanto, estão incluídos neste sistema e o desenvolvimento teria que se referir necessariamente à evolução do mesmo, ao seu processo de transformação. Os avanços científicos possibilitam a geração de novas tecnologias, que impactam nos modos de organização econômica, social e política da sociedade. Ou, em sentido inverso, decisões políticas tomadas com base em valores morais ou crenças religiosas condicionam a economia, a ciência, a tecnologia, etc. Esse processo de evolução, cuja direção, sentido, velocidade ou dinâmica estão indeterminados, constitui o desenvolvimento em seu sentido pleno.

Esta interação entre a cultura e o desenvolvimento, e seus eventos transformadores, podem ter origem interna à sociedade ou podem decorrer do contato e das interações com outras culturas. Admite-se que cada sociedade tem a sua cultura e seu próprio processo de desenvolvimento, interagindo com os demais, e assim, determinando e sendo determinada.

Para tanto, deve-se ponderar que atualmente as políticas públicas e sociais atuais estão sendo moldadas, pelo que Ortiz (1994) chama de mundialização. Com o desenvolvimento de uma *cultura-mundo*, ante uma *cultura-local*, o que notamos é justamente a preponderância da desterritorialização, ou seja, da perda de identidades dos territórios frente a um modelo pré-estabelecido, que é global. Este processo pode ser exemplificado pelo padrão de consumo atual que o sistema capitalista impõe sobre as sociedades, em que se observa a fragmentação da sociedade com a realização de interesses pessoais individuais (*status*).

É neste contexto que o planejamento pode assumir um papel decisivo no processo de desenvolvimento de uma sociedade. Tomado enquanto ação organizada e consciente de intervenção num processo complexo, o planejamento pode contribuir para superar o determinismo econômico e, mesmo em um ambiente capitalista, construir caminhos alternativos de desenvolvimento, considerando as identidades, potencialidades, condições socioeconômicas, culturais e históricas de cada território. A pesquisa, a reflexão e o debate sobre o desenvolvimento e cultura só faz algum sentido se estiver aberta a possibilidade de uma intervenção consciente e racional no processo. É neste contexto de ação ou de expectativa quanto à possibilidade de ação que se situa o planejamento.

Planejar significa agir de acordo com um plano. Significa determinar de forma consciente o quê, como e quando deve ser feito e, especialmente, quais são os objetivos da ação. Quando se pretende interferir em algo complexo e

dinâmico, como é o desenvolvimento, o processo de planejamento também precisa ser complexo e dinâmico. Muitas são as variáveis a considerar na leitura da realidade, múltiplos são os ângulos de análise e diversas são as interpretações possíveis. Distintas e controversas são as expectativas em relação ao futuro e mais amplas ainda são as estratégias possíveis de serem instituídas. Trata-se de um processo político que envolve escolhas e a definição de ações cujos resultados afetam a vida das pessoas. Ao se elaborar um plano de intervenção para um processo de desenvolvimento, portanto, é fundamental que sejam contemplados os diversos aspectos e dimensões que dizem respeito à sociedade e território alvo das ações, em particular as questões culturais (TRENNEPOHL *et al.*, 2007).

No âmbito do desenvolvimento regional, tem-se a ambição de construir um ambiente propenso a estimular as particularidades e potencialidades de cada território, que são constituídos de identidade, cultura, história, entre outros. Para isso, devem-se estabelecer objetivos a serem buscados e participar de ações em prol de tais objetivos, de modo a definir uma identidade cultural em prol de um projeto futuro de desenvolvimento.

Trennepohl *et al.* (2007) destaca que ao longo de sua história os territórios brasileiros percorreram diversos caminhos, com diversas escolhas entre distintas possibilidades de desenvolvimento de acordo com os interesses hegemônicos e a capacidade de ação de seus representantes. A estrutura econômica de propriedade dos meios de produção ou de distribuição da renda gerada apresenta desde os primórdios uma característica de elevada concentração, assim como o acesso aos bens públicos e privados sempre foi restrito a uma elite muito reduzida e poderosa. O mercado, crescentemente oligopolizado, jamais representou qualquer indício de mecanismo automático de regulação social da produção, do emprego ou do consumo da população ou de geração de equilíbrio geral e prosperidade para as pessoas. A participação do Estado na determinação dos rumos da sociedade, ao contrário, sempre foi decisiva, especialmente no comportamento da economia.

O processo brasileiro de industrialização foi capitaneado pelo Estado, a partir da chamada política de substituição de importações, iniciado na década de 30 do século 20, o qual produziu uma série de alterações socioeconômicas no país. Num contexto mundial em que desenvolvimento era sinônimo de industrialização, o Brasil fez a opção estratégica hegemônica, produziu um reposicionamento na escala social, mas a repartição da riqueza produzida continuou muito desigual. As principais experiências de intervenção no desenvolvimento brasileiro ocorreram nas décadas de 50, 60 e 70 e seus eixos articuladores sempre estiveram relacionados com o crescimento econômico. Na década de 80 as ações se voltam para as políticas de estabilização de preços e combate à inflação (TRENNEPOHL *et al.*, 2007).

Nota-se que, através de tais políticas de intervenção adotadas, no caso brasileiro, houve uma espécie de favorecimento aos interesses hegemônicos de um modelo de desenvolvimento já realizado em países desenvolvidos. No que se refere à inclusão dos problemas efetivamente sentidos pela população e que se constituem em causas reais de restrições ao desenvolvimento, praticamente ficaram desassistidos. Isto

é exemplo de uma intervenção direta de cima para baixo, com um único objetivo, que era de fazer o "bolo crescer" a qualquer custo social, através da replicação de um modelo de desenvolvimento hegemônico. No entanto, os custos sociais, econômicos, históricos e culturais deste planejamento são pagos pela sociedade brasileira até os tempos atuais.

O debate sobre o desenvolvimento regional no Brasil ainda é incipiente, talvez porque o tamanho e a diversidade do território nacional contribuem para a complexidade da questão. Em cada processo de planejamento são apontados ou destacados os aspectos da realidade que contribuem para fundamentar as proposições hegemônicas, sem explicitar o filtro cultural utilizado na seleção dos mesmos, visando o desenvolvimento dos territórios, que devem conservar as suas raízes históricas, sociais, econômicas e culturais (identidade).

Neste contexto, e de forma preocupante, mais problemático ainda tem sido o processo de aprovação do novo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II), e assim, a definição dos grandes objetivos e metas. Pode-se admitir, que o baixo grau de escolarização e a pouca experiência de efetiva participação da população em governos democráticos possibilita a proliferação de ideias vinculadas a estratégias hegemônicas de desenvolvimento ao invés da construção de um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento capaz de contemplar a diversidade, tanto cultural quanto econômica, social, histórica. Tampouco em âmbito regional existem ainda poucos espaços efetivos de debate e reflexão coletiva para a definição de caminhos alternativos para o desenvolvimento (por exemplo, uma "exceção" são os COREDES no Rio Grande do Sul), em que seria plausível a definição de especificidades coerentes com as peculiaridades culturais e de identidade regional.

Notas finais

O desenvolvimento regional é um grande desafio nos tempos atuais onde a perspectiva do determinismo econômico e da globalização, por meio da homogeneização dos territórios, ainda impera. No entanto, o esforço para superar tal conceito hegemônico é extremamente importante para o desenvolvimento das regiões, considerando seus sentidos históricos, sociais, econômicos e culturais, valorizando as particularidades de cada território.

A complexidade do mundo real e de sua dinâmica de transformação impõe, no entanto, a necessidade de fazer recortes disciplinares, espaciais, históricos, culturais, sociais, etc., para que seja possível realizar os estudos. Ao se delimitar os temas de interesse para a pesquisa envolvendo os processos de desenvolvimento não se pode, por certo, desconsiderar a existência de um "Projeto Hegemônico" de desenvolvimento que ultrapassa as fronteiras regionais e nacionais. A possibilidade de intervir nesses processos, entretanto, é facilitada quando o foco estiver centrado no uso das potencialidades regionais, que se reforçam nas diferenças históricas, geográficas e culturais da sociedade e do território (TRENNEPOHL *et al.*, 2007; ETGES e DEGRANDI, 2013).

Enfim, no Brasil, as diferentes experiências de planejamento não contemplaram o mosaico cultural (entre outros aspectos) de nosso território e é provável que uma parcela importante de nossas dificuldades socioeconômicas

tenha origem nesta desconsideração. Uma exceção, que se deve considerar é a experiência do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR – I, e a II, cujos esforços estão concentrados para sua aprovação. Levar em conta tal diversidade, evitando generalidades e simplificações, pode ser um caminho viável para se retomar o debate em torno da construção social de um projeto de desenvolvimento, seja ele de escala regional ou nacional, e tendo o planejamento como um instrumento privilegiado de orientação de ações organizadas e conscientes.

Referências

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo.* In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

_____. *Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma*. *REDES,* Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. *Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade***.** *RBDR*, Blumenau, v.1, n.1, p. 85-94, abril. 2013.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 5 th Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. *Teoria Política do desenvolvimento*. 10 th ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).

KLIKSBERG, Bernardo. *El rol del capital social y la cultura en el proceso del desarrollo. In*: KLIKSBERG, Bernardo; TOASSINI, Luciano (Orgs.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires, 2000. p. 19-58.

KLIKSBERG, Bernardo. *Capital social y cultura: claves olvidadas del desarrollo*. Disponível em: <http://pvorty2.forumone.com/files/5469_kliksberg.pdf>. Acesso em: setembro de 2014.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1987.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. *Cultura e desenvolvimento*. V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural. Almada: 2007. P. 1-7. Disponível em: http://www.redculturalmercosur.org/docs/ortiz_port.pdf. Acesso em: setembro de 2014.

RIST, Gilbert. *La cultura y el capital social. Cómplices o víctimas del desarrollo? In:* KLIKSBERG, Bernardo; TOASSINI, Luciano (Orgs.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires, 2000. p. 129-150.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.* São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).

TRENNEPOHL, Dilson; MACAGNAN, Roberto; BASSO, David; DA SILVEIRA, D. C.; KOHLER, Romualdo. *Desenvolvimento e Cultura: relações de sinergia e conflito*. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, Editora Unijuí, ano 5, nº 9, p. 147-161, jan./jun., 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Culture is ordinary. In:* GRAY, Ann; MCGUIGAN, Jim. (Orgs.). *Studyine Culture*. London: Arnold, 1993, p. 5-14.

Recebido em 2015-10-01
Publicado em 2016-05-16